



**ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS**

**RELATÓRIO DA CONTROLADORIA INTERNA DE ANÁLISE DA
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**

**Órgão: Prefeitura Municipal de Castanheiras – Prestação de Contas Anual do
Exercício de 2016**

01 - INTRODUÇÃO

Em atendimento à SÚMULA 004/2009, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, apresentamos o **Relatório Anual da Controladoria**, elaborado pela Unidade de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Castanheiras - RO, que vai acompanhado do Certificado da Controladoria e Pronunciamento do seu dirigente, e tratam dos exames realizados sobre as peças contábeis anexas ao Balanço Anual, da Prefeitura Municipal de Castanheiras correspondente ao exercício de 2016.

A Unidade de Controle Interno analisou a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Castanheiras referente ao exercício de 2016, em seus aspectos: Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, com ênfase na aplicação dos índices com a Saúde, Educação (MDE), FUNDEB, Repasses a Câmara Municipal.

Os trabalhos foram desenvolvidos na sede da Prefeitura Municipal, tendo sido realizados exames complementares por amostragem, na extensão julgada necessária, com objetivo de emitir opinião sobre a regularidade e avaliação dos anexos da Prestação de Contas enfatizada, bem como, o cumprimento da legislação vigente. Os papéis de trabalho utilizados, foram os processos de Prestação de Contas da Prefeitura (Consolidada), e os mesmos encontra-se

devidamente arquivados na contabilidade do município.

02 – ÁREAS ENVOLVIDAS

- 2.1. Avaliação Orçamentária e Execução Orçamentária;
- 2.2. Avaliação Financeira;
- 2.3. Avaliação Patrimonial;
- 2.4. Avaliação do Cumprimento das Metas e dos Resultados;
- 2.5. Avaliação dos Limites Constitucionais.
 - 2.5.1. Educação 25%;
 - 2.5.2. FUNDEB;
 - 2.5.3. Saúde;
 - 2.5.4. Repasses à Câmara;
 - 2.5.5. Gastos com Pessoal;

03 – PLANEJAMENTO DOS TRABALHOS

O planejamento elaborado buscou definir com clareza os objetivos da fiscalização realizada nas áreas envolvidas, no sentido de emitir opinião sobre a regularidade dos atos praticados, em consonância com a legislação vigente.

Os trabalhos foram realizados por amostragem, com a utilização dos relatórios emitidos na prestação de contas do exercício de 2016.

04 - DOS RESULTADOS DOS TRABALHOS APURADOS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO:

05. DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO/RECEITAS E DESPESAS

RECEITAS ORÇAMENTARIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	PREVISÃO REALIZADA	SALDO
RECEITAS CORRENTES	14.031.416,00	14.536.306,00	15.494.844,56	958.538,56
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	560.319,16	474.069,16	86.250,00
SUB TOTAL:	14.031.416,00	15.096.625,16	15.968.913,72	872.288,56
TOTAL:	14.031.416,00	15.096.625,16	15.968.913,72	872.288,56

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQ.	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESP. CORRENTES	12.801.031,25	13.530.741,25	13.140.136,42	13.129.930,05	13.122.283,10	390.604,83
DESPESAS DE CAPITAL	571.863,50	1.434.795,57	1.239.609,57	1.239.609,57	1.239.609,57	195.186,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	14.031.416,00	15.096.625,16	14.379.745,99	14.369.539,62	14.361.892,67	716.879,17
AMORT.DA DIVIDA/REFINAN.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT	-	-	1.589.167,73	-	-	-
TOTAL:	14.031.416,00	15.096.625,16	15.968.913,72	14.369.539,62	14.361.892,67	(-) 872.288,56

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS CORRENTES	EM EXER. ANTERIORES	EM 31DEZ. DO EXER. ANTERIOR	LIQ.	PAGOS	CANCELADOS	SALDO (A LIQUIDAR)
DESP. CORRENTES	20.393,09	7.319,40	6.165,00	6.165,00	21.547,49	0,00
DESP. DE CAPITAL	510.434,20	85.190,75	250.629,70	251.854,70	249.519,42	94.250,83
TOTAL:	530.827,29	92.510,15	256.794,70	258.019,70	271.066,91	94.250,83

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS CORRENTES	EM EXER. ANTERIORES	EM 31DEZ. DO EXER. ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO (A PAGAR)
DESP. CORRENTES	6.172,27	32.732,49	30.144,28	8.760,48	0,00
DESP. DE CAPITAL	1.225,00	145.800,00	145.800,00	1.225,00	0,00
TOTAL:	7.397,27	178.532,49	175.944,28	9.985,48	0,00

AValiação ORÇAMENTÁRIA:

O Balanço Orçamentário do exercício de 2016, fixou as Receitas/Despesas com igual valor de R\$ 14.031.416,00 (Quatorze milhões, trinta e um mil, quatrocentos e dezesseis reais).

Mediante a Avaliação de análise referente ao Balanço Orçamentário foi observado que houve por parte da administração uma alteração orçamentaria no sentido da Inicial x Atualizada, uma vez levando em conta também que a ORÇADA de R\$ 14.031.416,00 (Quatorze milhões, trinta e um mil, quatrocentos e dezesseis reais) e a REALIZADA de R\$ 15.968.913,72 (Quinze milhões, novecentos e sessenta e oito mil, novecentos e treze reais e setenta e dois centavos), dando uma Diferença de R\$ 1.937.497,72. Lembrando que é em relação entre ORÇADA x REALIZADA.

Porém, comparando a Receita Orçada com a Arrecada para MAIS ou para MENOS (+ ou -) é representada:

para mais: + 4.262.606,56

para menos: - 2.279.877,52

Em relação, a Restos a Pagar Não Processados - observamos que neste tópico, em Inscritos, em exercícios anteriores, o Acumulado no valor de R\$ 530.827,29. NO de 31 de Dezembro do anterior, no valor de R\$ 92.510,15. Já o Liquidado no valor de R\$ 256.794,70, e Pagos R\$ 258.019,70 e Cancelados de R\$ 271.066,91, com Saldo (à liquidar) de R\$ 94.250,83 .

Em relação, a Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados – Inscritos: em exercícios anteriores, no valor de R\$ 7.397,27, em 31 de Dezembro (do exercício Anterior), de R\$ 178.532,49, No Pago, o valor de R\$ 175.944,28, e Cancelados de R\$ 9.985,48. No Saldo (a Pagar) não ha valor . R\$ 0,00.

IMPORTANTE:

Apuração Superávit/Déficit Orçamentário e Financeiro	
Descrição	Valor R\$
Orçamentário	
Receita Realizada Balanço Orçamentário	15.968.913,72
Despesa Empenhada Balanço Orçamentário	14.379.745,99
Défict ou Superávit Orçamentário do Exercício	1.589.167,73
Superavit Financeiro de exercício anterior	7.588.557,03
Resultado apresentado consierando superavit exercicio anterior	9.177.724,76
Financeiro	
Caixa e equivalente a Caixa - Balanço Patrimonial Consolidado	9.752.932,82
Investimentos e Aplicações Temporárias - Curto e Longo Prazo	301,22
Total disponibilizades Financeiras - Balanço Consolidado	9.753.234,04
Caixa e equivalente a Caixa - Balanço Patrimonial RPPS	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias - Curto e Longo Prazo - RPPS	0,00
Total disponibilizades Financeiras - RPPS	0,00
Disponibiliddes Financeiras Liquida (Sem o RPPS)	9.753.234,04
Passivo Financeiro Balanço Patrimonial (campo especial)	309.870,96
Défict ou Superávit Financeiro do Exercício	9.443.363,08
TC-38 - Exercício Atual	0,00
Défict ou Superávit Financeiro do Exercício Considerando TC-38	9.443.363,08
Destinação de Recursos Superávit/Défict Balanço Patrimonial	9.443.363,08
Calculo Superávit/Défict Consolidado	9.443.363,08
Apuração do Superavit/déficit por Destinação de Recursos	0,00

6 – DO BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro do exercício está assim representado:

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	15.968.913,72	14.552.353,12	Desp. Orçamentária (IV)	14.379.745,99	13.101.397,11
Transferência Finan. Recebidas (II)	5.714.621,31	5.374.177,42	Transf. Financ. Concedidas (VII)	5.741.466,75	5.377.566,64
Recebimentos Extraorçamen. (III)	1.613.394,88	1.573.579,48	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	2.000.797,67	2.553.403,93
Saldo em Esp. Do Exercício Anterior (IV)	8.578.314,54	8.110.572,20	Saldo em Espécie do Exercício Seguinte (IX)	9.753.234,04	8.578.314,54
Total:	31.875.244,45	29.610.682,22	Total:	31.875.244,45	29.610.682,22

AVALIAÇÃO FINANCEIRA:

Mediante avaliação referente ao Balanço Financeiro, do exercício de 2016, observamos que no exercício atual (2016) a Receita Orçamentária (I) esteve com valor de R\$ 15.968.913,72 que se resume em transferência Estadual e Federal. Percebe-se, no entanto, que houve queda significativa nesses Recursos. Porém, comparando entre o exercício de (2016) com valor de R\$ 15.968.913,72, em relação ao exercício de (2015) com valor de R\$ 14.552.353,12, houve um leve melhora na Receita).

Considerando ainda, transferências financeiras recebidas – recebimentos extra orçamentários e em espécie do exercício anterior, que gera o montante final no valor de R\$ 31.875.244,45, que comparado ao exercício anterior (2015) com montando final de R\$ 29.610.682,22.

Observamos que no exercício atual de Despesas Orçamentárias esteve no montante de R\$ 14.379.745,99; onde poderíamos citar como exemplo: despesas em aplicação no RPPS, Aplicação no RPPS Previdenciária, com Ensino Fundamental, com Ações e Serviços de Saúde Pública e outros. Considerando ainda, as Transferências Financeiras concedidas e Pagamentos Extras Orçamentários e Saldo em Espécie no exercício seguinte, que gerou o montante final no valor de R\$ 31.875.244,45.

7 – DO BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial do exercício está assim representado:

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÕES	Exer. Atual	Exer. Anterior	ESPECIFICAÇÕES	Exer. Atual	Exer. Anterior
ATIVO CIRCULANTE	9.953.602,83	8.824.340,80	PASSIVO CIRCULANTE	216.845,13	366.420,07
Caixa e Equiv.Caixa	9.752.932,82	8.577.772,14	Obr. Trab. Prev. Assistências à Pg a C.P.	5.416,85	4.792,56
Dem. Créd. / Val. C.P.	301,22	542,40	Forneced. e Contas a Pg á C.P.	2.230,10	181.137,20
Estoque	200.368,79	246.026,26	Dem. Obri. à C.P.	209.198,18	180.490,31
ATIVO NÃO-CIRCUL.	14.785.330,05	15.639.417,67	PASSIVO NÃO-CIRCUL.	10.096.335,32	10.027.764,63
Ativo Rel. a <u>Longo Prazo</u>	677.823,11	1.246.085,88	Obr. Trab. Prev./Ass. À Pg a C.P.	996.211,96	778.174,70
Créditos a Longo Prazo	674.829,37	1.243.092,14	Fornec. À Longo Prazo	6.195,15	24.780,60
Div. Ativa Tributária	109.789,01	898.869,75	Provisões a L.P.	9.093.928,21	9.224.809,33

Div.Ativa ñ Trib/Client	565.040,36	344.222,39			
Dem. Créd. Val. a L.P.	2.993,74	2.993,74	TOTAL DO PASSIVO:	10.313.180,45	10.394.184,70
<u>Investimentos</u>	0,00	0,00			
<u>Imobilizado</u>	14.107.506,94	14.393.331,79	PATRIMONIO LÍQUIDO		
Bens Móveis	9.848.110,84	9.401.323,85	ESPECIFICAÇÕES	Exer. Atual	Exer. Anterior
Bens Imóveis	5.601.556,91	5.641.236,56	Ajustes de Aval. Patrimonial	1.528.796,90	2.311.780,07
(-)Deprec.,Exaus.,Amor	- 1.342.160,81	- 649.228,62	<u>Resultados Acumulados</u>	12.896.955,53	11.757.793,70
Intangível	0,00	0,00	Res. Do Exercício	1.139.161,83	1.854.254,35
			Res. Exer. Anter.	11.757.793,70	9.903.539,35
			TOTAL PATRIMÔN. LÍQUID	14.425.752,43	14.069.573,77
TOTAL:	24.738.932,88	24.463.758,47	TOTAL:	24.738.932,88	24.463.758,47
ATIVO FINANCEIRO	9.753.234,04	8.578.314,54	PASSIVO FINANCEIRO	309.870,96	989.757,51
ATIVO PERMANENTE	14.985.698,84	15.885.443,93	PASSIVO PERMANENTE	10.096.335,32	10.027.764,63
SALDO PATRIMONIAL				14.332.726,60	13.446.236,33

RESUMO :

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE	9.953.602,83
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	<u>14.785.330,05</u>
TOTAL:	24.738.932,88

PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE	216.845,13
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	<u>10.096.335,32</u>
TOTAL DO PASSIVO	10.313.180,45
<u>PATRIMONIO LIQUIDO</u>	<u>14.425.752,43</u>
TOTAL:	24.738.932,88
ATIVO FINANCEIRO	9.753.234,04
ATIVO PERMANENTE	14.985.698,84
PASSIVO FINANCEIRO	309.870,96
PASSIVO PERMANENTE	10.096.335,32
SALDO PATRIMONIAL:	<u>14.332.726,60</u>

AVALIAÇÃO PATRIMONIAL:

Mediante avaliação referente ao Balanço Patrimonial, do exercício de 2016, observamos que Comparando o ATIVO CIRCULANTE do Exercício (2016) e Exercício (2015), dá uma diferença à maior de R\$ 1.129.262,03. E no ATIVO NÃO-CIRCULANTE do Exercício (2016) e (2015), dá uma diferença à menor de R\$ 854.087,62. Observamos ainda, que o Imobilizado houve uma queda entre (2016 e

2015) somando uma diferença de R\$ 285.824,85.

Observamos que Comparando o PASSIVO CIRCULANTE do Exercício (2016) e Exercício (2015), dá uma diferença à menor de R\$ 149.574,94. E no PASSIVO NÃO-CIRCULANTE do Exercício (2016) e (2015), dá uma diferença à maior de R\$ 68.570,69. E o Patrimônio Líquido, com valor de R\$ 14.425.752,43, que somando com o Total do Passivo, gera o valor de 24.738.932,88. Com igual valor de ATIVO e PASSIVO. O Patrimônio encontra-se com Saldo Patrimonial de R\$ 14.332.726,60 .

8 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITAVAS

Variações Patrimon. Aumentativas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Var. Pat. Aumentat.	22.211.678,51	20.321.155,88
Imp. Tax. e Cont. de melh.	578.351,90	592.214,10
Contribuições	1.263.405,26	1.019.999,18
Var. Pat. Aumentat. Finan.	1.526.401,83	783.079,58
Trans. e Del. Recebidas	18.661.008,69	17.698.436,79
Valor. e Ganhos c/ Ativos	8.760,48	0,00
Outr. Var. Pat. Aument.	173.750,35	227.426,23
Variações Patrimon. Diminutivas	21.072.516,68	18.466.901,53
Pessoal e Encargos	8.420.787,44	7.194.581,99
Benef. Prev. E Assis.	725.207,66	561.720,08
Uso de Bens, Serv. E Cons. De Capital Fixo	4.966.719,17	4.968.495,00
Var. Pat. Dim. Financeiras	88.633,53	107.203,82
Transfer. E Delegações Concedidas	6.060.937,73	5.504.944,64

Desval. E Perda de Ativos e Incorp. De Passivos	809.474,79	0,00
Tributárias	124.955,48	105.000,00
Outras Var. Pat. Dimin.	- 124.199,12	24.956,00
Res. Patr. Do Período:	1.139.161,83	1.854.245,35

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação de Ativos	1.190.978,75	1.897.209,33
Desincorpor. de Passivos	299.260,52	12.390,30
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorpor. De Ativos	28.058,80	41.453,97

9 – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS E DOS RESULTADOS

Demonstrativo de Avaliação das Metas Previstas no Plano Plurianual/PPA

2014/2017

Exercício 2016

O Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017, foi aprovado através de Lei Municipal nº 787/GAB/2013, de 12 de Novembro de 2013 – e Edital de Publicação nº 081/2013- datado em: 12.11.2013.

É necessário que se atrele o objetivo, à necessidade levantada, cuidando-se para não eleger como necessárias ou prioritárias metas inatingíveis ou desnecessárias em detrimento de outras, com maior necessidade, sempre tendo em mente a escassez dos recursos públicos para atender a demanda da população.

As metas representam a quantificação dos objetivos, ou seja, estão intimamente associadas aos objetivos dando-lhes dimensões e permitindo avaliar

seus custos e sua efetiva realização. Para que a avaliação possa ser levada a efeito é preciso que os objetivos e as metas de um programa sejam estabelecidos em função dos resultados verdadeiramente pretendidos, medidos, preferencialmente, em termos de benefícios aos munícipes.

Em verdade os recursos disponíveis do Município, são em sua maioria somente para fazer frente à despesa com manutenção, no entanto, em análise documental, constatamos que o município em relação a valores [Dot. Inicial] e pagamentos [Despesas], mesmo, com suas alterações orçamentárias, vem cumprindo, significativamente as metas previstas no Plano Plurianual, para o exercício em análise.

Esta Unidade de Controle Interno através deste demonstrativo buscou identificar o percentual de execução das metas previstas no PPA comparando-as com o que está previsto no orçamento.

Programas Estabelecidos no Plano Plurianual - PPA

Os programas servem como instrumento de organização da atuação governamental, que articula um conjunto de ações para a concretização de um objetivo comum, de um problema ou atendimento de demanda da sociedade ou ainda, o aproveitamento de uma oportunidade de investimento.

Na consecução de seus objetivos realizou um gasto até o mês de Dezembro/2016, no montante de R\$ 14.361.892,67 (Quatorze milhões, trezentos e sessenta e um mil, oitocentos e noventa e dois reais e sessenta e sete centavos).

Ressalta-se que a despesa considerada no demonstrativo a seguir é a efetivamente paga. Considerando que estes dados são valores

Consolidados.

DESPESAS CORRENTES	13.122.283,10	100%
Pessoal e Encargos sociais	8.641.865,92	65,86%
Outras Despesas correntes	4.480.417,18	34,14%
DESPESA DE CAPITAL	1.239.609,57	100%
Investimentos	940.349,05	75,86%
Inversões Financeiras	0,00	-
Amort. Da Dívida/Ref. da Dívida	299.260,52	24,14%
Reserva de Contingência	0,00	-
Total	14.361.892,67	100%

Transf. Recebidas 2.668,89

Transf. Concedidas 5.738.797,86

FONTE: CONTAB. GERAL – Resumo Geral da Despesa, Adendo III, Anexo II, da Lei nº 4.320/64.

10 – CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS

AVALIAÇÃO DAS METAS ANUAIS ESTABELECIDAS NA LDO E LIMITES CONSTITUCIONAIS

10.1 – EDUCAÇÃO 25%

Da análise do comportamento quanto à observância do limite constitucional relativo às aplicações no MDE, observa-se que a Prestação de Contas Anual, o Município aplicou o valor de R\$ 1.222.086,12 (Hum milhão, duzentos e vinte e dois mil, oitenta e seis reais e doze centavos), que sobre a Receita proveniente de impostos e transferências constitucionais de R\$ 11.170.508,57 (Onze milhões, cento e setenta mil, quinhentos e oito reais e cinquenta e sete centavos), resultou no percentual de **28,98%**.

Portanto, atendeu ao limite mínimo de 25% previsto no art. 6º da Instrução Normativa nº 22/TCE-RO/2007.

MDE – 25%

1. Total das Receitas que compõem a Educação	11.170.508,57
2. Gastos com Ensino Infantil	0,00
3. Gastos com MDE	1.222.086,12
4. Restos a Pagar Pagos com recusos Vinculados a Conta Bancária	0,00
5. Restos a Pagar Pagos com recusos exercício subsequente (não vinculados)	0,00
6. Inscrição de Restos a Pagar vinculados a Conta Bancária	0,00
7. Dedução da Receita para formação do FUNDEB	2.015.267,27
Percentual de Aplicação na Educação (2+3+5+6+7)/1%	28,98

Fonte: Contabilidade Geral

10. 2 – FUNDEB 60%

Da análise do comportamento quanto à observância do Limite Constitucional relativo a aplicação de 60% do FUNDEB na Remuneração dos Professores do Magistério da Educação Básica e constando-se que o Município aplicou o valor de R\$ 1.302.929,17, que sobre a Receita proveniente de impostos e transferências constitucionais de R\$ 1.342.476,34, resultou no percentual de 97,05%; Portanto, entendeu ao limite mínimo de 60% previsto no Art. 60, inciso XII do ADCT da Constituição Federal c/c Art. 22 Caput da Lei Federal nº 11.494/2007.

Avaliação Aplicação FUNDEB	
Descrição	Valor
1. Conta Bancária do FUNDEB - Receita	0,00
2. Conta Bancária do FUNDEB - 60%	4.549,52
3. Conta Bancária do FUNDEB - 40%	159,95
4. Anexo VII - Receitas FUNDEB	1.342.476,34
5. Anexo VIII - Gastos com FUNDEB 60%	1.302.929,17
6. Anexo IX - Gastos com FUNDEB 40%	36.629,79
7. Anexo X - Restos a Pagar Pagos com recusos vinculados a conta bancária	0,00
8. Restos a Pagar Pagos com recusos vinculados a conta bancária - FUNDEB 60%	0,00
9. Restos a Pagar Pagos com recusos vinculados a conta bancária - FUNDEB 40%	0,00
10. Anexo X-A - Restos a Pagar Pagos com recusos exercício subsequente (não vinculados)	0,00
11. Restos a Pagar Pagos com recusos exercício subsequente - FUNDEB 60%	0,00
12. Restos a Pagar Pagos com recusos exercício subsequente - FUNDEB 40%	0,00
13. Anexo XI - Inscrição de Restos a Pagar vinculados a Conta Bancária	0,00

14. Inscrição de Restos a Pagar vinculados a Conta Bancária - FUNDEB 60%	0,00
15. Inscrição de Restos a Pagar vinculados a Conta Bancária - FUNDEB 40%	0,00
16. Saldo Financeiro a Existir	7.626,85
17. Saldo Financeiro Existente no Banco	8.899,69
18. Diferença Verificada	1.272,84
19. Percentual de Aplicação FUNDEB 60% (5+11+14)/4%	97,05
20. Calculo entesouramento saldo bancário menor de 5% do arrecadado (16)/4%	0,57

10.3 – SAÚDE – 15%

Da análise do comportamento quanto à observância do limite constitucional relativo à aplicação de Recursos em Ações e Serviços Públicos de Saúde, verifica-se que o Município aplicou o valor de R\$ 3.102.332,98 (Três milhões, cento e dois mil, trezentos e trinta e dois reais e noventa e oito centavos), que sobre a Receita proveniente de impostos e transferências constitucionais, resultou no percentual de 27,96% . Portanto, atendeu ao limite mínimo de 15% previsto no Artigo 77, inciso III do ADCT da Constituição Federal.

Fonte: Anexos do Balanço Anual/2016 / Contabilidade Geral.

66	
Descrição	Valor
1.1.1.2.02.00.00.00.00 - IPTU	7.892,73
1.1.1.2.04.00.00.00.00 - IRRF	156.725,26
1.1.1.2.08.00.00.00.00 - ITBI	260.704,30
1.1.1.3.05.00.00.00.00 - ISS	136.533,89
1.7.2.1.01.02.00.00.00 - FPM - FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS	6.128.604,81
1.7.2.1.01.05.00.00.00 - ITR - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	75.930,41
1.7.2.1.01.32.00.00.00 - ISO - IMPOSTO SOBRE O OURO	0,00
1.7.2.1.36.00.00.00.00 - ICMS - DESONERACAO DAS EXPORTACOES LEI 87/96	6.252,44
1.7.2.2.01.01.00.00.00 - ICS - ICMS ESTADUAL	4.184.975,80
1.7.2.2.01.02.00.00.00 - IPVA	110.575,91
1.7.2.2.01.04.00.00.00 - IPM - IPI EXPORTACAO - COTA MUNICIPIO	71.104,12
1.9.1.1.02.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora de IRRF	0,00
1.9.1.1.38.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora de IPTU	78,80
1.9.1.1.39.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora de ITBI	0,00
1.9.1.1.40.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora de ISS	55,48
1.9.1.3.02.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de IRRF	0,00
1.9.1.3.11.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de IPTU	1.040,81
1.9.1.3.12.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de ITBI	0,00
1.9.1.3.13.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de ISS	1.836,47
1.9.3.1.01.00.00.00.00 - Dívida Ativa de IRRF	0,00
1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Dívida Ativa de IPTU	2.687,61
1.9.3.1.12.00.00.00.00 - Dívida Ativa de ITBI	0,00
1.9.3.1.13.00.00.00.00 - Dívida Ativa de ISS	7.143,54
1. Total das receitas que compõem a Saúde ASPS	###.###.###
2. Anexo XIII-A - Gastos com ASPS	3.102.332,98
3. Anexo XIV - Restos a Pagar Pagos com recusos Vinculados a Conta Bancária	0,00
4. Anexo XV - Restos a Pagar Pagos com recusos exercício subsequente	0,00
5. Anexo XVI - Inscrição de Restos a Pagar vinculados	0,00
6. Percentual de Aplicação na ASPS (2+4+5)/1%	27,96

10.4 – REPASSES A CÂMARA

Com base ao montante entregue a Contabilidade Geral da Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Fazenda, de Responsabilidade da Senhora: Elaine Paro do Nascimento, o valor correspondente é R\$ 591.492,00 (Quinhentos e noventa e um mil, quatrocentos e noventa e dois reais). Com percentual de 5,73%, . No entanto, a Câmara Municipal, devolveu a Prefeitura Municipal o valor de R\$ 2.668,89 (Dois mil, seiscentos e sessenta e oito reais e oitenta e nove centavos).

Total das Receitas que compõem o repasse ao Legislativo	10.321.741,94
Valor Repassado ao Legislativo	591.492,00
Percentual repassado ao Legislativo	5,73
Valor Devolvido a Prefeitura	2.668,89

10.5 – DESPESAS COM PESSOAL

Com relação a despesa com pessoal referente ao exercício de 2016, conforme o demonstrado no quadro abaixo segundo o setor de pessoal e a contabilidade, corresponde a% assim representado:

EXERCÍCIO	Receitas Correntes		Despesas realizadas com Pessoal		Aplicação (+/-)	
	Total arrecadado em R\$	Limite de 60%	Valor R\$	%	Valor R\$	%
2014	12.588.593,78	49,78	6.266.847,09	49,95	6.266.847,09	49,95
2015	12.617.545,63	49,73	6.274.847,27	49,73	6.274.847,27	49,73
2016	13.754.045,89	-	7.254.670,18	52,75	-	-

Fonte : Balanço Anual 2016

Considerando que os valores acima mencionados, são valores "CONSOLIDADOS" sendo distribuídos da seguinte maneira:

Órgão:	Valores	%
Prefeitura Municipal:	6.727.452,36	48,91%
Câmara Municipal:	412.956,91	3,00%
IPC:	<u>114.260,91</u>	0,84%
TOTAL:	7.254.670,18	52,75%

Através do demonstrativo acima se verifica que foi cumprido o limite estabelecido no artigo 19, Inciso III, da Lei Complementar n.º 101/2000.

11 – CONSIDERAÇÕES E/OU RECOMENDAÇÕES

Considerando que este controlador assumiu a controladoria em 23 de janeiro de 2017, portanto não acompanhou no decorrer do exercício de 2016, os procedimentos administrativos desta Prefeitura, analisando apenas os demonstrativos apresentados na Prestação de Contas do exercício em análise, portanto não foi possível realizar levantamento “in loco” para detectar falhas e ou irregularidades e tecer recomendações.

12 – NOME E QUALIFICAÇÃO FUNCIONAL DA AUTORIDADE RESPONSÁVEL.

A autoridade responsável pela análise no exercício de 2016, é a mesma constante no Anexo TC-28, cuja cópia segue anexo a este relatório.

13 - CONCLUSÃO

Pelas análises realizadas no exercício de 2016, evidenciamos que de forma geral, que a Prefeitura Municipal, vem cumprindo a legislação vigente, em especial o processamento das Despesas e Receita, e norma legais, quanto a Avaliação Orçamentária, Financeira e Patrimonial. Assim, como os Cumprimentos dos Limites Constitucionais. Mas, aqui faço a ressalva, que mediante o prazo em que os documentos foram entregue pela contabilidade para análise, analisamos contudo os tópicos relevantes. Portanto analisamos apenas as peças apresentadas na Prestação de Contas do exercício de 2016.

E nos colocamos ao inteiro dispor, para sanar quaisquer duvida, ou esclarecer fatos.

Porém, opinamos pela Regularidade dos atos praticados e emitimos Certificado e Pronunciamento da Controladoria Interna.

É o Relatório.

Castanheiras, 31 de Março de 2017.



**ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS**

CERTIFICADO DA CONTROLADORIA

**Órgão: Prefeitura Municipal de Castanheiras
Período: Janeiro a Dezembro de 2016.**

Procedemos aos exames julgados necessários, das peças apresentadas na prestação de contas, referente ao exercício de 2016, da Prefeitura Municipal de Castanheiras /RO, sendo constatadas que nos pontos apreciados pelo Controle Interno, de forma geral, foram cumpridas as normas legais.

Assim, considerando que no exame efetuado no relatório anual, no que foi possível analisar não foram evidenciadas impropriedades, irregularidades ou má-fé que comprometam a probidade do Ordenador de Despesa e demais responsáveis do Poder Executivo do Município de Castanheiras.

Desta forma, informamos que o referido relatório, encontra-se, "**regular**", e no ensejo, encaminhamos para análises dos doutos Conselheiros desta Egrégia Corte de Contas.

Castanheiras/RO, 28/03/2017.

Deusdeti Aparecido de Souza
Controlador Geral
Port.047/GAB/2017



**ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS**

PRONUNCIAMENTO DA CONTROLADORIA INTERNA

Órgão: Prefeitura Municipal de Castanheiras
Período: Janeiro a dezembro de 2016.

Analizamos o relatório do Controle Interno do **Exercício de 2016**, da Prefeitura Municipal de Castanheiras, e certificamos que o mesmo contém todas as peças exigidas pela Instrução Normativa nº 013/2005, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e não foi constatados atos de gestão ilegal ou ilegítimo que possam comprometer as contas do ordenador de despesa.

Desse modo, tendo por base os exames feitos na prestação de contas por essa controladoria, queremos ressaltar a importância da administração zelar pelo cumprimento dos prazos para envio de documentos ao TCE-RO.

Castanheiras/RO, 28/03/2017.



**ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS**

PRONUNCIAMENTO DA AUTORIDADE SUPERIOR

Em atendimento a Instrução Normativa nº 013/2005 e Lei Complementar nº 154/96, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, atesto ter tomado conhecimento do Relatório da Unidade de Controle Interno em análise às Contas do exercício de 2016, que vai acompanhado do Certificado e Pronunciamento, além dos documentos pertinentes.

Assim, considerando o relatório e demais documentos apresentados pela Unidade de Controle Interno, determino que a Secretaria de Administração tome as providências necessárias.

Publique-se na forma da lei.

Encaminhe-se ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, juntamente com o Relatório do Controle Interno, Certificado e Pronunciamento.

Castanheiras/RO, 28/03/2017.

ALCIDES ZACARIAS SOBRINHO
Prefeito Municipal